



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

X LEGISLATURA (2014-2018)

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA

SUMÁRIO

	Págs.
Mensagem de Sua Excelência o Presidente da República	261
Declaração Política do Presidente do MLSTP/PSD, por ocasião da apresentação das Grandes Opções de Plano e do Orçamento Geral do Estado/2016	261
Carta do Partido ADI – Indica a Sra. Jornalista Tamara Leal Águas, para representar o Partido ADI no Conselho Superior de Imprensa.....	264
Ofício do Conselho Superior dos Magistrados Judiciais – Reconduz o Sr. Magistrado, Dr. Jussuley Patrick Novais para o Cargo de Presidente do Conselho Superior de Imprensa.	264

Mensagem de Sua Excelência o Presidente da República

Excelentíssimo Senhor
Presidente da Assembleia Nacional

São Tomé

Excelência,

Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 85.º da Constituição da República, venho solicitar o assentimento da Assembleia Nacional para me ausentar do Território Nacional, na quarta-feira, dia 20 de Janeiro, com destino a Praia, República de Cabo Verde, em visita oficial de serviço, atendendo ao convite que para o efeito me foi formulado pelo meu homólogo cabo-verdiano, estando o meu regresso previsto para Domingo, dia 24 de Janeiro.

Queira, Excelência, aceitar os protestos da mais alta consideração.

Palácio do Povo, em São Tomé, 11 de Janeiro de 2015.

O Presidente da República, *Manuel Pinto da Costa*.

Declaração Política do Presidente do MLSTP/PSD, Aurélio Martins, por ocasião da apresentação das Grandes Opções do Plano e do Orçamento-Geral do Estado/2016

Palácio dos Congressos, 7 de Janeiro de 2016

Depois de termos sido impedidos, de forma pouco ética, de falar aquando do «Estado da Nação» feito pelo Sr. Primeiro-Ministro, eis que nos reunimos hoje e aqui nesta Casa Parlamentar para procedermos à análise, discussão e aprovação das GOP e do OGE para o ano económico de 2016.

O discurso que nos acaba de brindar o Sr. Primeiro-Ministro sobre a apresentação destes dois instrumentos fundamentais de gestão de um Estado Democrático não difere em nada do apresentado há 2 dias sobre o «Estado da Nação».

Tratou-se de um discurso contemplativo de um rosário de boas intenções, mas que continua a ser muito pouco consistente para cumprir o seu desejo confesso de transformar São Tomé e Príncipe em Dubai na sub-região, assente na mudança e adopção de um novo paradigma, capaz de dar sinais evidentes de dotar o País de uma macro visão estratégica verdadeiramente coerente e sustentada na Agenda de desenvolvimento horizonte 2030.

Conscientes, por um lado, de que estes dois documentos são apresentados num contexto bastante complexo e desfavorável a nível da economia mundial, com reflexos deveras negativos para economias como a nossa.

Reconhecendo, igualmente, que segundo os dados disponíveis, o cenário do crescimento da economia internacional aponta no sentido de um abrandamento na ordem de 3,1 % para o ano de 2015, contra os 3,4 % registados em 2014, ou seja, uma redução na ordem de 0,3 pontos percentuais. Pese embora as estimativas constantes no relatório do FMI, citado pelo Governo, apontem para uma recuperação gradual a partir de 2016, em cerca de 3,6 %, não pode justificar o optimismo e, consequentemente, a ligeireza com que o Governo sustenta as suas metas.

Acresce-se a este facto a previsão negativa, em 2015, da taxa de inflação para as economias avançadas no seu conjunto, cifrando em menos 0,1 %, e em cerca de menos 0,2 % em 2016, contrariamente ao conjunto dos países emergentes e em desenvolvimento, onde a taxa de inflação rondará de 0,2 % em 2015 e 0,3 % em 2016.

A zona euro, para além de registar uma situação similar, devendo a taxa de inflação rondar 0,1 % em 2015 e 1,1 % em 2016, vê-se confrontada com uma onda de graves tensões sociais, tais como a crise dos migrantes, o recrudescimento do terrorismo, cujos tentáculos se alastram ao mundo em geral, levando a concluir que o ano de 2016 será bastante difícil para o global das economias, com impactos preocupantes para os países em desenvolvimento, principalmente para aqueles cujas economias são as mais vulneráveis como é a de São Tomé e Príncipe, recomendando, no mínimo, prudência.

Tendo a economia sofrido, no plano interno, um ligeiro decréscimo em 2015, rondando os 4 %, em termos reais, contra os 4,5 % do ano anterior.

Embora se preveja para o ano de 2016 uma ligeira melhoria, na ordem de 5%, este crescimento não nos deve permitir entrar em euforias, mesmo tendo em atenção os compromissos assumidos pelos

nossos parceiros internacionais, por um lado, bem como a tendência decrescente verificada pela inflação acumulada, ditada pela política de ancoragem da dobra ao euro, por outro.

Sr. Primeiro-Ministro, tendo presente o quadro macroeconómico ora descrito e atendo-nos ao projectado no documento objecto da nossa apreciação, o Dubai não se constrói com as Grandes Opções do Plano descontextualizadas das grandes linhas de rumo inscritas na agenda de desenvolvimento 2030, mais concretamente para o triénio 2016/2019 e muito menos com um Orçamento Geral do Estado tão pouco consistente e sustentado como este que se nos é apresentado para o corrente ano de 2016.

Se não, vejamos:

Como é que o Sr. Primeiro-Ministro, depois de caracterizar o contexto e o quadro macroeconómico desfavorável e persistente, em que se vive a nível mundial com grandes tensões nos mercados internacionais, ditadas sobretudo pela significativa variação em baixa do valor do barril do petróleo, possa justificar que o magro crescimento projectado de 5% contra os 4% do ano transacto consiga alavancar a nossa economia, proporcionar a criação de emprego, combater a pobreza, etc., nos termos em que nos é proposto?

Não é possível fazer-se um alinhamento objectivo entre as Grandes Opções do Plano e o OGE, tanto o realizado em exercício de 2015, como relativamente à proposta destes documentos para o exercício económico de 2016.

A descrição feita sobre a realização de 2015 é, no mínimo, anémica. Se no ano de 2015, por ter sido o primeiro exercício do Governo, convivemos com a situação, para 2016 exigimos que se alinhe estes dois instrumentos fundamentais de afectação do erário público.

Nós, o MLSTP/PSD, conhecendo como conhecemos a nossa economia, os atrasos que se registam na entrada de recursos, gostávamos de saber como é que o Governo sustenta a execução do OGE 2015, em torno de 87%, tendo o orçamento sido aprovado em finais de Maio?

Temos muita dificuldade em fazer a análise à execução do OGE 2015, porque os dados não são consistentes, mesmo os da execução de OGE 2014. Não se entende como é que estando a debater o OGE 2016, temos ainda dados provisórios de 2014!?

Queremos alertar o Governo para a necessidade de os números serem registados com isenção, rigor e transparência. O que se verifica com as receitas de privatização é um bom exemplo disto mesmo.

O Sr. Primeiro-Ministro garantiu a todos os são-tomenses que 98% do orçamento para o ano de 2015 já tinha o financiamento garantido e que só estava em busca dos restantes 2%. O facto de só se limitar a inaugurar lavandarias, chafarizes e postes de energia testemunham que o Governo não tinha, afinal, os 98% do orçamento garantido.

Uma outra questão que nos preocupa sobremaneira, porque coarcta a lisura na tramitação dos negócios públicos e elimina a transparência, prende-se com o facto de o seu Governo adjudicar muitas obras sem concurso público.

Este assunto é tanto mais preocupante quando Vossa Excelência referiu-se que o orçamento para 2016 prevê cerca de 100 milhões de dólares como despesas para investimento. Ora, tendo o seu Governo feito a actualização dos montantes destinados à licitação pública, na ordem dos 300%, isto quer dizer que grande parte de investimentos que este Governo pretende levar a cabo não será alvo de concurso público, ou seja, o Governo pretende violar todas as formalidades legais de licitação pública prevista na Lei 8/2009 (Lei de Licitação e Contratação Pública).

As estimativas do Governo para arrecadação de receitas, quer internas quer externas, parecem ser muito optimista, face ao actual contexto da economia, nacional e internacional, senão vejamos:

- a) A execução das receitas, em 2015, ficou abaixo do esperado, fundamentalmente devido à diminuição das importações de bens de investimento e de consumo. Que elementos vão permitir mudança já, em 2016, desta situação desfavorável, verificada em muitas realidades próximas à nossa?
- b) Os chamados grandes contribuintes do Tesouro Público, regra geral, enfrentam problemas financeiros por falta de actividade económica, que naturalmente influenciam os seus respectivos resultados. Como pretende o Governo reverter a situação, para que se possa dinamizar os actuais níveis de cobrança em sede de impostos. Os chamados impostos atrasados não existirão *ad eterno*.
- c) Os donativos, como sabemos, cada vez menos disponíveis, em 2015, registaram 908 mil milhões de dobras, fortemente influenciados pela componente projecto que, como sabemos, provenientes

de engajamentos assumidos perante o Governo anterior. O que motivará o aumento dessa verba para 1400 mil milhões? Que garantias de entrada de recursos existem? Por que razão não se tem devidamente desdobrada, à semelhança de 2015, a fatia que vem do Banco Mundial e a outra que vem da União Europeia?

Um orçamento depois de aprovado pela Assembleia é uma Lei que obriga a todos os organismos públicos, independentemente de ser da administração central, regional ou local. Assim sendo, como se explica que no OGE 2015 foi aprovada uma receita de alienação de activos de 1.749 milhões de dobras que acabou por desaparecer. Não aparece na programação nem na execução. O que se passou com essa rubrica? Como se explica essa violação da Lei do Orçamento? Como se explica que para o OGE 2016 se volte a falar na alienação de activos com uma verba de 388 465 milhões? Quais activos o Governo pretende vender? Qual é a afectação que se pretende fazer da verba decorrente dessa venda?

No debate sobre o «Estado da Nação», o Governo referiu-se ao pagamento de dívidas atrasadas. Trata-se de um exercício natural que deve ser realizado por qualquer Governo, aliás, tem sido prática na nossa democracia. Trata-se de um sinal de continuidade do Estado. Sim, porque quase todas as obras inauguradas pelo actual Governo foram projectadas, implementadas pelos governos anteriores, sobretudo o anterior.

Importa que se saiba o tipo de dívidas que foram pagas, se dizem respeito ao normal funcionamento do sector público administrativo. Com efeito, solicitamos que nos sejam remetidos os quadros actualizados da dívida pública, interna como externa.

Infelizmente, o quadro anexo ao OGE 2016 tem dados de Junho 2015 e não nos permite verificar com propriedade o tratamento dado a essa matéria, por parte do actual Governo.

No n.º 4 do artigo 4.º do projecto de lei, é dito que a execução das despesas de investimento por parte da Região Autónoma do Príncipe, Finanças Locais, Fundos e Organismos Autónomos. Será que apenas estes organismos devem cumprir a lei? Quantos concursos públicos foram lançados em 2015? Como foram publicitados esses concursos? Cremos que o Governo sabe que a Lei 8/2009 constitui a pedra basilar para a promoção do rigor e da transparência nos processos de «compra e venda» por parte dos organismos públicos.

O n.º 8 do artigo 16.º do projecto de lei, descreve que «o Governo poderá suspender ou condicionar a execução das despesas orçamentais da administração central, dos serviços e fundos autónomos, se a situação financeira do País o justificar.» Como se justifica apresentar essa possibilidade de suspensão da execução de despesas orçamentadas, quando o próprio Governo afirma que os recursos estão garantidos? Como se explica que havendo incerteza na entrada de verbas para o OGE, o Governo vem submeter à Assembleia um aumento do tecto orçamental, passando de 125 milhões de euros para 152 milhões de euros?

Afinal de contas, o Governo tem ou não garantia para as verbas que está a propor no OGE 2016? Onde fica a proposta defendida pelo Ministro das Finanças e da Administração Pública sobre a preparação de orçamento realista, feita na apresentação do monitoramento do orçamento, organizado pela FONG?

Ao deitarmos um olhar crítico sobre o OGE 2016, além de tudo quanto foi dito anteriormente, uma questão de fundo se nos coloca: como é que um projecto que emprega de forma directa e indirecta cerca de 15 000 pessoas, ao ter que ser financiado pelo Governo, a fonte de financiamento escolhida é uma grande incógnita? Referimo-nos ao GIME que, segundo os dados de que dispomos, tem-se registado atrasos significativos no pagamento do salário das pessoas. O atraso, já tem causado muitos problemas aos trabalhadores, às suas famílias e, claro está, compromete o pão de muita gente que, diariamente, quer faça sol, quer faça chuva, labuta muitas vezes sem ter feito uma refeição matinal.

Queremos que o Governo nos diga como pretende resolver essa situação. Queremos uma resposta agora, para tranquilizar todos os interessados, porque o MLSTP/PSD preocupa-se com as pessoas.

Eis, em grandes linhas, as nossas preocupações de âmbito geral.

Muito obrigado.

Carta do Partido ADI

Excelentíssimo Senhor
Presidente da Assembleia Nacional

São Tomé

Excelência,

Em resposta à vossa N/Ref.153-c/GPAN/2015, em que solicitava o Partido ADI a designação de um representante para integrar o Conselho Superior de Imprensa, de acordo com a Lei n.º 4/96, em que o Partido designara, no dia 31/12/2015, o Sr. Óscar Orte de Almeida Medeiros, por indisponibilidade superveniente deste, vimos, desta forma, designar a Sra. Jornalista Tamara Leal Águas.

Sem mais, cordiais cumprimentos.

São Tomé, 14 de Janeiro de 2016.

O Secretário-Geral, *Levy Nazaré*.

Carta do Conselho Superior dos Magistrados Judiciais

Exmo. Sr. Secretário-Geral da
Assembleia Nacional

São Tomé

Ofício n.º 01/ S. C. M.J/2016
Data 14/01/2016

Assunto: Notificação da decisão do CSMJ

De acordo com a orientação do Conselho Superior dos Magistrados Judiciais, tenho a honra de transcrever e remeter a Vossa Excelência a deliberação n.º1/2016 deste órgão, datada de 14 de Janeiro de 2016, cujo teor do único artigo é o seguinte:

Artigo Único

O Conselho Superior dos Magistrados Judiciais deliberou pela recondução do Magistrado Dr. Jussuley Patrick Novais para o Cargo de Presidente do Conselho Superior de Imprensa, nos termos conjugados do n.º 1 alínea a) do artigo 3.º e o n.º 3 do artigo 5.º, ambos da Lei n.º 4/96, Lei do Conselho Superior de Imprensa.

Com os melhores cumprimentos.

A Secretaria do Conselho Superior dos Magistrados Judiciais, em São Tomé, aos catorze dias do mês de Janeiro do ano dois mil e dezasseis.

A Secretária do Conselho Superior de Magistrados Judiciais, *Quina Fernandes Bragança*.

Deliberação n.º 1/ 2016

O Conselho Superior de Magistrados Judiciais reuniu-se em sessão ordinária no dia catorze de Janeiro do ano dois mil e dezasseis, pelas dez horas e trinta minutos, tendo como ordem do dia o seguinte ponto:

1. Indigitação do Magistrado para presidir o Conselho Superior de Imprensa;

Artigo Único

O Conselho Superior de Magistrados Judiciais deliberou pela recondução do Magistrado, Dr. Jussuley Patrick Novais, para o Cargo de Presidente do Conselho Superior de Imprensa, nos termos conjugados do n.º 1 alínea a) do artigo 3.º e o n.º 3 do artigo 5.º, ambos da Lei n.º4/96, Lei do Conselho Superior de Imprensa.

Conselho Superior de Magistrados Judiciais, em São Tomé, aos 14 dias de Janeiro de 2016.

O Conselho,
José António da Vera Cruz Bandeira
Maria Alice de v. C. Carvalho
Kótia Solange de Menezes
Francisco Fortunato Pires
José Paquete d'Alva Teixeira
Rui António Matos